



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 3.045 DE 12 DE SETEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER PARCELA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VENCIMENTO AOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, AUXILIARES DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS, INTEGRANTES DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder parcelas salariais complementares sobre os vencimentos dos seguintes servidores do Quadro da Secretaria de Saúde do Município:

- I- Enfermeiros;
- II- Técnicos de Enfermagem;
- III- Auxiliares de Enfermagem;
- IV- Parteiras.

§ 1º. A parcela salarial complementar de que trata este artigo destina-se a equiparar a remuneração dos servidores ao piso nacional da categoria, previstos na Lei Nacional nº 14.434, de 04 de agosto de 2022.

§ 2º. Para o pagamento do piso salarial dos cargos abrangidos nesta Lei, fica o Poder Executivo Municipal a conceder a diferença salarial correspondente ao vencimento pago ao servidor e o respectivo piso salarial, a título de verba complementar denominada “Complemento Piso Salarial”.

§ 3º. Para fazer jus ao recebimento do piso de que trata este artigo, é obrigatório o registro do servidor municipal no Conselho Regional de Enfermagem, na respectiva categoria profissional.

§ 4º. A verba complementar que trata este artigo integra a base de cálculo do décimo terceiro (gratificação natalina), da remuneração de contribuição para fins de contribuição previdenciária e incidência tributária.

§ 5º. A verba complementar de que trata este artigo não servirá de base de cálculo para incidência de outras vantagens ou gratificações remuneratórias anteriores ou posteriores a esta lei, não podendo ser objeto de reflexo para revisões ou reajustes futuros.

**ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
GABINETE DO PREFEITO**

§6º. Os valores retroativos, se existentes, serão repassados aos servidores.

Art. 2º - A complementação de que trata o Art. 1º deverá vigorar até o mês de dezembro de 2023, condicionadas, no entanto, ao recebimento dos recursos do Governo Federal, estabelecidos pela Lei Federal nº 14.581/2023, regulamentada através da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, do Ministério da Saúde.

§1º. Os valores de cada parcela complementar serão pagos conforme o recebimento dos recursos da União.

§2º. Somente existirá obrigatoriedade de pagamento do valor previsto no §1º, até o limite dos recursos recebidos através da assistência financeira a ser prestada pela União para essa finalidade, na forma da Lei Federal nº 14.581, de 2023.

§3º. Fica facultada, no entanto, a complementação referida no §1º, com recursos próprios do Município, em conformidade com a respectiva conjuntura econômica e financeira, nos limites da Lei Nacional nº 14.434, de 2022.

Art. 3º - Os valores definidos na Lei Nacional nº 14.434/2022, são destinados a remunerar jornada de trabalho equivalente a 44 (quarenta e quatro horas) semanais.

Parágrafo Único. No âmbito deste Município, a complementação salarial de que trata esta Lei será concedida, proporcionalmente, à carga horária semanal cumprida pelo servidor, observadas as disposições estatutárias pertinentes.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar orçamentário até o valor necessário ao cumprimento das obrigações e despesas autorizadas por esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – PB, Estado da Paraíba, em 12 de setembro de 2023.



JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

Tabela de valores do piso salarial da enfermagem proporcional a jornada de trabalho do servidor.

Cargo	40h semanais (240h mensais)	30h semanais (180h mensais)	24h semanais (144 mensais)	20h semanais (120h mensais)
Enfermeiro	R\$ 4.318,18	R\$ 3.238,64	R\$ 2.590,91	R\$ 2.159,09
Técnico em enfermagem	R\$ 3.022,73	R\$ 2.267,05	R\$ 1.183,64	R\$ 1.511,36
Auxiliar de enfermagem	R\$ 2.159,09	R\$ 1.619,32	R\$ 1.295,45	R\$ 1.079,55

Obs.: Os valores da tabela possuem como base a definição do Ministério da Saúde e decisão do STF, em sede liminar, na ADI 7222, considerando uma jornada matriz de 44h semanais. A tabela do anexo II corresponde ao valor mensal a que faria jus o servidor efetivo ou contratado para as respectivas jornadas semanais / cargas horárias mensais definidas no respectivo PCCR da categoria, calculados de forma proporcional ao piso de R\$ 4.750,00 (enfermeiro), R\$ 3.325,00 (técnico em enfermagem) e R\$2.375,00 (auxiliar de enfermagem).